

Eugenia no Exército: uma análise de discursos e práticas

ANA TAISA DA SILVA FALCÃO*

O presente trabalho tem por objetivo estudar as formas de representação do imaginário político em relação aos conceitos de Estado, nação e eugenia, apresentando sua utilização prática por meio de uma revista militar da Primeira República escrita por médicos militares que se utilizaram deste periódico como meio de divulgação das suas idéias políticas e, no caso aqui analisado, raciais. A fim de entender a complexidade das representações políticas do Estado em relação às “questões sociais”, que implicam na imposição da necessidade da construção de um nacionalismo como doutrina nacional, enfatizando a questão racial como importante objeto de análise, utilizar-se-á como principal fonte a Revista Medicina Militar.

Nesse sentido, o estudo das fontes relacionadas à implantação das políticas eugenistas no Exército, pretende vincular a existência desse tipo de discussão dentro do ambiente da caserna, com um projeto político em voga na virada do século XIX para o século XX, o projeto de Estado e nação. As teorias racialistas foram transformadas em práticas científicas e políticas no Brasil do fim do séc. XIX e início do XX. As instituições militares desempenharam papel fundamental no processo de transição da Monarquia à República e para a introdução das novas teorias científicas no Brasil. Pretendemos, ainda, colocar na pauta da discussão os questionamentos ideológicos dentro de uma instituição pública que teve projeção política durante toda a vida republicana do Brasil, mas principalmente analisar o interesse institucional na formação de um pensamento político.

Para uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo, analisaremos, portanto, as principais obras dos teóricos da questão racial no Brasil, a Revista Medicina Militar, especificando a questão racial e as políticas eugenistas, e os autores que se propuseram a discutir o Estado, sua formação, existência e suas relações de poder.

Nas últimas décadas do século XIX o regime monárquico viveu um processo constante de crise, refletindo o surgimento de novos interesses no país, associados a

elite cafeeira, aos militares, às camadas urbanas e aos imigrantes, que representavam a nova força de trabalho.

Os militares haviam angariado grande prestígio após a Guerra contra o Paraguai, momento a partir do qual o Exército passou a se estruturar, destacando a importância das escolas militares, que foram responsáveis pela formação ideológica da maioria dos soldados, das grandes cidades, a partir da ideologia positivista, que foi considerada a base para a participação política cada vez mais ativa dos militares.

Havia, no entanto, uma clara oposição entre os “bacharéis” e os “tarimbeiros”, representados, inicialmente, por Benjamin Constant e seus alunos da Escola Militar, de um lado, e Deodoro da Fonseca e sua geração de ex-combatentes da Guerra do Paraguai, de outro. Esta oposição dentro do oficialato do Exército na década de 1880 representa dado histórico importante, na medida em que estas duas gerações tentaram compreender a necessidade da substituição do sistema monárquico, já esgotado e viciado. Para além da questão da queda do regime, estes militares perceberam a importância de mudanças dentro da instituição militar, a fim de se entender o papel dos militares na vida política do país e a dimensão deste problema dentro de uma perspectiva de unidade de corpo, dentro das Forças Armadas. A este respeito, José Murilo de Carvalho irá dizer que:

“Unia, no entanto, os dois grupos, a farda. (...) A proclamação da República se deu graças à união dos dois grupos: os bacharéis entraram com o poder das idéias, os tarimbeiros com o poder da corporação. Por sobre as divergências prevaleceu o espírito de corps.”¹

Este trabalho visa entender os militares a partir de sua relação como uma instituição que é política, com a dinâmica da sociedade. O militar é visto por Stepan como “parte integrante do sistema político”. Assim, os militares, enquanto instituição não podem ser analisados isoladamente, uma vez que, ao se encontrarem dentro do sistema político, assumem diversas funções políticas. Para Stepan, a instituição militar não pode ser entendida como um elemento autônomo dentro da sociedade. Deve, no

¹ CARVALHO, José Murilo de, *Forças Armadas e Política no Brasil* - 2. Ed - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 26.

entanto, ser analisada como “um subsistema que reage a mudanças no conjunto do sistema político.”²

A questão da propagação do sentimento de nacionalismo dentro das Forças Armadas é um fator importante na medida em que isso historicamente tem se apresentado como um problema para a instituição militar, uma vez que o próprio sistema de recrutamento foi um impasse à unidade nacional. Pois as características do recrutamento do Exército se equiparam com as do recrutamento das polícias estaduais, cujo objetivo é manter o soldado perto da sua casa. Isto aumenta o nível de identificação regional entre os militares, dificultando a propagação de uma unidade nacional, mesmo que institucional.

O processo de seleção também se dá no sentido de buscar no soldado o papel de construtor da nação, o que faz com que o interesse nos jovens seja o de “satisfazer as suas necessidades de elementos qualificados e cultos que possam absorver rapidamente certo grau de instrução militar.”³ Stepan irá tratar a questão do recrutamento como elemento de desenvolvimento da construção do país.

Ao tratar de questões referentes à modernização do Exército, nos remeteremos, invariavelmente ao tema do profissionalismo, largamente discutido nos meios militares. Stepan se propõe a analisar o profissionalismo a partir da perspectiva da segurança interna e do desenvolvimento nacional, cuja principal consequência será a politização dos militares. O profissionalismo visto enquanto política institucional, tende a contribuir para o aumento da participação dos militares na vida política do país.

Huntington, por sua vez, vai analisar o profissionalismo dentro de uma perspectiva de defesa externa, na qual os militares se encontram afastados das questões políticas, preocupando-se, prioritariamente com a segurança nacional, em função da intensa especialização militar, que seria incompatível com a vida política, garantindo à

² STEPAN, Alfred, *Os Militares na Política; as mudanças de padrões na vida brasileira*. Tradução: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Editora Artenova, p. 101.

³ STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política; as mudanças de padrões na vida brasileira*. Tradução: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Editora Artenova, p. 17.

sociedade civil o controle das querelas políticas. Huntington submete a atividade militar, em sua profissionalização, a uma burocratização do Estado⁴.

José Murilo de Carvalho vai tratar da questão do profissionalismo através da idéia de soldado-profissional, que é aquele que, aumentado o seu nível de profissionalização, mais ele se afasta da política. Assim, o soldado profissional será o exemplo de um Exército mais profissional e totalmente apolítico⁵.

Em síntese, o que estes autores querem nos mostrar é que a instituição militar é, acima de tudo, uma instituição política, que faz parte de um sistema político que compreende toda a complexidade das dinâmicas organizacionais do Estado. De um modo geral, é de extrema clareza que o tipo ideal de instituição militar, aquela instituição que se encontra unida através de valores específicos, totalmente isolada das pressões do sistema político vigente, na verdade está longe de existir. Para Stepan, “através de uma série de interações políticas, o subsistema militar é moldado, normalmente, pelo sistema político.”⁶ Portanto, podemos afirmar que as Forças Armadas no Brasil representam uma instituição política.

Antony D. Smith, no livro *Estados na História*, entende a etnicidade, para além da questão racial, como uma herança cultural, de mitos e de descendência histórica de um estilo de vida comum. Para Smith, o Estado é composto por elementos básicos, no mundo moderno, tais como a divisão territorial, a lingüística, bandeiras, hinos, moedas e representação nas Nações Unidas⁷ e, portanto, a etnicidade entra na forma de organização dos Estados como algo preponderante, pois se caracteriza como um dos elementos que o compõem. Assim A. Smith define a questão da etnicidade nos Estados modernos:

⁴ HUNTINGTON, Samuel. *O soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil - 2. Ed - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.41.*

⁶ STEPAN, Alfred, *Os Militares na Política; as mudanças de padrões na vida brasileira*. Tradução: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Editora Artenova, p.43.

⁷ SMITH, Antony D.. “Criação do Estado e Construção da Nação”. In: HALL, John A, *Os Estados na História*, John A. Hall (org.); tradução de Paulo Vaz, Almir Nascimento e Roberto Brandão. – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992, p.334.

*“(...) se os líderes políticos desejam criar Estados e formar nações dentro de condições sociais e tecnológicas adequadas, eles só podem fazê-lo se as condições étnicas também forem similarmente favoráveis; e quanto mais apropriadas forem estas condições étnicas, maior será a probabilidade de sucesso, tanto na criação de Estado como de nações”.*⁸

No final do século XVIII o Brasil já era uma sociedade multirracial e, se comparado com comunidades onde a diferenciação social pela cor era uma política institucionalizada, como nos Estados Unidos, pode-se afirmar que o negro livre e o mulato já exerciam papel importante na organização da sociedade⁹. Organização esta pautada em compreensões culturais e sociais do povo brasileiro, no entanto, se analisada a miscigenação a partir de uma perspectiva de uma contribuição política e econômica para a sociedade, a premissa de inferioridade racial irá sobrepor a contribuição cultural dos negros ao Brasil. No início do século XX, mesmo com toda a propagação das teorias acerca da degeneração do mestiço, pode-se afirmar que o processo de miscigenação que se tinha no Brasil teve de ser considerado como um “traço incontornável da realidade social.”¹⁰

A questão racial é vista aqui como elemento gerador da idéia de nação. O conceito de raça será aqui trabalhado a fim de se entender a relação entre ele e o projeto de Estado-Nação que se constituirá no Brasil na virada do século XIX para o XX. O papel dos teóricos brasileiros que se dedicaram à análise da questão racial será fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, já que suas idéias fomentaram debates acadêmicos, projetos de Estado e até, ou talvez principalmente, idéias que se propagaram no imaginário popular em relação ao papel do negro na sociedade.

Para Roberto DaMatta, “alguns teóricos sociais viam na terra um conjunto doentio e condenado de raças que, misturando-se ao sabor de uma natureza exuberante e de um clima tropical, estariam fadadas à degeneração e à morte biológica, psicológica e

⁸ Ibid, p. 352.

⁹ SKIDMORE, Thomas E., *Preto no Branco – Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 70.

¹⁰ MAIO, Marcos Chor de (org). *Raça Como Questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Organizado por Marcos Chor de Maio e Ricardo Ventura dos Santos. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ. 2010. P.9.

social”¹¹. E é pautada neste debate que se encaminha, ao longo deste trabalho, a nossa pesquisa, que pretende elucidar as idéias dos principais teóricos sociais a respeito do Estado e, principalmente, a respeito da questão racial como elemento fundamental de interesse do Estado.

Assim, nas palavras de Jean François Véran, “a questão histórica que mobiliza a idéia de raça é a de definir o povo, de produzi-lo simbolicamente para formar a ‘comunidade imaginária’ da nação.”¹² Entendendo o conceito de raça como biologicamente incorreto, sua utilização como categoria explicativa ainda se faz necessário devido ao fato de que sua longa duração no imaginário popular transforma a raça num elemento antropológico e socialmente presente nas relações sociais. Esta relação entre os indivíduos pautada na explicação racial transforma a convivência social, política e econômica em algo extremamente desigual. Daí a importância do estudo do impacto que a questão racial tem sobre as pessoas. E sua utilização como projeto de política de Estado.

Cabe aqui ressaltar a importância do periódico como material de análise do historiador, bem como um meio pelo qual o trabalho científico entra em contato com a sociedade, transmitindo idéias, valores e posições políticas. Justamente por ter a característica de intermediário entre o saber científico e a sociedade, que os primeiros periódicos médicos no Brasil se debruçavam a atender as demandas da sociedade, divulgando temas em voga a fim de ganhar o interesse da população. Por este motivo, um dos temas mais debatidos nos periódicos médicos do século XIX será a questão da higiene. Luiz Otávio Ferreira irá definir o papel deste tema para as revistas médicas da seguinte forma:

“A eleição da higiene como campo de diálogo entre a medicina e a sociedade e campo privilegiado de produção científica possibilita a compreensão não só do modo como determinadas doenças foram alçadas à

¹¹ DAMATTA, Roberto, *O que faz o Brasil, Brasil?*, Editora Rocco, 2001. p. 13.

¹² MAIO, Marcos Chor de (org). *Raça Como Questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Organizado por Marcos Chor de Maio e Ricardo Ventura dos Santos. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ. 2010. P.12.

condição de problemas de relevância social, mas também da forma como se deu a implantação do debate sobre os problemas sanitários do país.”¹³

Acerca do debate sobre higiene, Chalhoub vai destacar o papel das políticas públicas voltadas para o controle de doenças, na segunda metade do século XIX, em que o foco principal destas ações públicas era o controle de doenças – como a febre amarela – que, em geral, atingiam os brancos, a fim de garantir a sobrevivência dos imigrantes no país. Ao mesmo tempo, doenças como a tuberculose, que atingiam de forma nociva a população negra, não possuía um projeto de combate na mesma proporção da febre amarela¹⁴. Assim, as políticas de saúde pública, atreladas ao capitalismo em desenvolvimento no Brasil do século XIX, desenvolviam projetos de exclusão social pautados em pressupostos racialistas.

O discurso higienista, tão difundido entre as revistas médicas do século XIX e início do século XX refletia uma demanda da sociedade brasileira da época: a de tornar o ambiente viável para a sobrevivência do europeu no Brasil. A questão da higiene está ligada a uma perspectiva de embranquecimento racial do povo brasileiro, na medida em que, garantindo a sobrevivência do elemento europeu, o processo de miscigenação seletiva, tão defendido por inúmeros especialistas, tornar-se-ia cada dia mais concreto, ao passo que, se o Brasil continuasse com sua estrutura arcaica, apenas os negros sobreviveriam, imunes que eram às doenças que acometiam os brancos.

Dessa forma, a defesa do combate da febre amarela em detrimento do controle da tuberculose representava um corte racista das políticas de saúde coletiva do século XIX. Ainda nas palavras de Chalhoub,

“Sob o manto protetor da teoria ambientalista da doença oitocentista, reiterada até, pelo menos o fim do século XIX, se ocultariam interesses inomináveis, traduzidos pela política de embranquecimento da

¹³ FERREIRA, L. O.: ‘Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43)’. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, VI(2): 331-51, jul.-out. 1999.

¹⁴ CHALHOUB in: MAIO, Marcos Chor de (org). *Raça Como Questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Organizado por Marcos Chor de Maio e Ricardo Ventura dos Santos. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ. 2010. P.52.

população brasileira, mediante a vinda de imigrantes europeus e a miscigenação. Essas ações culminariam na eliminação da raça negra.”¹⁵

Este trabalho pretende fazer uma análise de discurso dos artigos publicados pelos médicos militares que, dialogando com este projeto político em voga no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, introduziram no Exército a idéia de seleção racial através de políticas eugenistas. O projeto de homem ideal, o homem que seria formado nos quadros do Exército, seria não só imune às questões políticas regionalistas (garantindo assim que o soldado, para além da representação da força do Estado, representasse a idéia de unidade nacional do país), como seria curado dos vícios e doenças que acometiam o povo brasileiro.

Uma das práticas executadas pelo Exército, em diálogo constante com a sociedade, foram as reformas sanitárias nos quartéis, que, assim como as reformas dos centros urbanos, estavam voltadas para o controle de doenças conseqüentes da falta de ventilação e de sistema de esgoto apropriados para moradias.

Ao mesmo tempo em que este trabalho analisará os discursos e as práticas executadas no Exército em diálogo com as teorias racialistas da sociedade brasileira, analisar-se-à aqui também, os autores destes artigos, ou seja, o corpo de médicos militares quem compuseram as edições desta revista. Como ela surgiu, como eles se organizavam e, principalmente, a formação destes médicos e suas trajetórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Antônio José de Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Carlos Iudá de, *Exército e Eugenia*. In: Revista Nação Armada, Edição de Julho de 1940, n. 8.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco; o negro no imaginário das elites do século XIX*. 3^o Edição. São Paulo: Annablume, 2004.

¹⁵CHALHOUB in: MAIO, Marcos Chor de (org).*Raça Como Questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Organizado por Marcos Chor de Maio e Ricardo Ventura dos Santos. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ. 2010. P.55.

- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade – Para uma teoria geral da política*. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- BOURDIER, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/RJ: Difel/Bertrand, 1989.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil. 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.
- CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas, SP: Papirus, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. *As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: CARVALHO, J. M. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo (Coord.). *O Exército na História do Brasil*. Rio de Janeiro/Salvador: Bibliex/Odebrecht, 1998.
- CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia. A História entre as incertezas e inquietudes*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- _____. Textos, Impressão e Leituras. In: *A Nova História Cultural*. Editora Martins Fontes.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- DA MATTA, Roberto. Digressão: A Fábula das Três Raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: *Relativizando; uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 58–85.
- _____. *O que faz o Brasil, Brasil?*, Editora Rocco, 2001.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Coleção Descobrimos o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- HUNTINGTON, Samuel, *O soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Cívicos e Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.
- JOHNSON, J. J. Os militares latino-americanos como políticos. In: LIEUWEN, E. e outros. *Militarismo e Política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- MAIO, Marcos Chor de (org). *Raça Como Questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Organizado por Marcos Chor de Maio e Ricardo Ventura dos Santos. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ. 2010.
- MATTEUCCI, Nicola. *Racismo*. In: *Dicionário de Política* / N. Bobbio, N. Matteucci, G. Pasquino; tradução Carmem C. Varralle... [et. Al.] ; coordenação de tradução João Ferreira; revisão geral João Ferreira e Luiz Guerreiro P. Cascais. Ed. Brasília: UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 1059.

- McCANN, Frank D. *A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro*. Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982.
- REIS, Elisa Pereira. *O Estado Nacional como Ideologia: O caso brasileiro*. Revista Estudos Históricos.
- RODRIGUES, Raimundo N., *Os Africanos no Brasil*, 3^o ed. São Paulo.
 _____. *Raças Humanas*, 3^o ed. São Paulo, 1938.
- ROMERO, Sílvio. *A América Latina: (analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim)*, Porto: Livraria Chardron, 1906.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político (nota de trabalho)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, 15 (30): 9-22, 1995.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. Trad. Leda Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
 _____. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- SCHIMITT, Carl. *O Conceito de Político*. Editora Vozes, Ltda, 1992.
- SCHWARCZ, Lília Motitz, *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil __ 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SKINNER, Quentin. *Visões da política*. Lisboa:Difel, 2005.
 _____. *Liberdade antes do liberalismo*. Tadução de Raul Fiker. São Paulo. Editora UNESP, 1999.
- SKIDMORE, Thomas E., *Preto no Branco – Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- STEPAN, Alfred, *Os Militares na Política; as mudanças de padrões na vida brasileira*. Tradução: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Editora Artenova.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- STOPPINO, Mario. *Autoritarismo*. . In: Dicionário de Política / N. Bobbio, N. Matteuci, G. Pasquino; tradução Carmem C. Varriale... [et. Al.]; coordenação e tradução João Ferreira; revisão geral João Ferreira e Luiz Guerreiro P. Cascais. Ed. Brasília: UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.
- VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. V.1. Belo Horizonte, Itatiaia; 1987. Niterói: Ed. da Universidade Federal Fluminense. 7 Edição.